



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO/CEPE/UFES Nº 106, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2024

~~Estabelece normas para Concurso Público para Professor(a) Adjunto(a) A, Assistente A e Auxiliar.~~
Estabelece normas para Concurso Público para Professor(a) Assistente-A. [\(Redação dada pela Resolução Cepe/Ufes nº 125, de 16 de junho de 2025\)](#)

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o que consta do Processo Digital nº 23068.061528/2024-51 – COMISSÃO DE POLÍTICA DOCENTE; o art. 37 da Constituição Federal de 1988; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; a Lei nº 12.836, de 24 de setembro de 2013; os Decretos nº 94.664, de 23 de julho de 1987, nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, e nº 8.259, de 29 de maio de 2014; as Portarias Interministeriais nº 475, de 26 de agosto de 1987, nº 22, de 30 de abril de 2007, e nº 243, de 3 de março de 2011; o Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018; o disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014; a Orientação Normativa SEGRT/MPOG nº 03, de 1º de agosto de 2016; a Portaria Normativa nº 04, de 6 de abril de 2018; o Acórdão do Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 41, de 8 de junho de 2017; a Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023; as sugestões encaminhadas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – Progep; o parecer da Comissão de Política Docente; e ainda, a aprovação da plenária, por unanimidade, na Sessão Ordinária do dia 18 de novembro de 2024,

RESOLVE:

**TÍTULO I
DA ABERTURA DOS CONCURSOS**

~~**Art. 1º** As vagas na carreira do Magistério Superior da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes serão preenchidas mediante concurso público de provas e títulos para o provimento dos cargos de Professor(a) Adjunto(a) A, Assistente A e Auxiliar.~~

Art. 1º As vagas na carreira do Magistério Superior da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes serão preenchidas mediante concurso público de provas e títulos para o provimento do cargo de Professor(a) Assistente-A. [\(Redação dada pela Resolução Cepe/Ufes nº 125, de 16 de junho de 2025\)](#)

Parágrafo único. A regulamentação para concurso de Professor(a) Titular-Livre será feita por meio de Resolução específica deste Conselho.

Art. 2º Serão abertos concursos públicos quando se somarem, no mínimo, 3 (três) vagas agrupadas em um único edital, provenientes de um ou mais departamentos ou unidades equivalentes que compõem a estrutura organizacional da Universidade.

Art. 3º A solicitação de abertura de concurso deverá ser instruída pelo departamento interessado e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

que tange ao horário de início de aplicação das provas, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação, ao exame de aptidão física, ao exame médico, à avaliação psicológica e a todas as demais normas de regência do concurso.

Art. 19. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a).

Parágrafo único. Cabe exclusivamente ao(a) candidato(a) o envio do laudo médico; portanto, a Ufes não se responsabiliza por nenhum tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como de outros fatores que impossibilitem o envio.

Art. 20. O(a) candidato(a) cuja solicitação para concorrer na condição de pessoa com deficiência for indeferida disporá do conhecimento das pendências que resultaram no indeferimento do seu pedido, a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior, e terá prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para contestar o indeferimento ou complementar/corrigir a documentação.

Art. 21. A relação final dos(as) candidatos(as) cuja inscrição foi deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada no sítio eletrônico da Universidade, que mencionará a data provável de divulgação.

Art. 22. A inobservância do disposto no inciso XIX do art. 6º acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos(as) candidatos(as) em tal condição e o não atendimento às condições especiais necessárias.

Art. 23. Os(as) candidatos(as) classificados(as) na reserva de vaga para PCD serão convocados(as) de acordo com a Resolução nº 66, de 8 de dezembro de 2023, deste Conselho, que regulamenta a sistemática de oferta de vagas nas modalidades de reserva em concursos públicos para os cargos efetivos da carreira do Magistério Federal e em processos seletivos para contratação temporária de professores(as) substituto(a) e visitante.

TÍTULO III

DAS RESERVAS DE VAGAS PARA PESSOAS PRETAS E PARDAS – PPP

Art. 24. O(a) candidato(a) que optar por concorrer às vagas reservadas para Pessoas Pretas e Pardas - PPP terá sua autodeclaração confirmada mediante procedimento de heteroidentificação feito por comissão criada especificamente para esse fim, conforme legislação vigente.

Art. 25. O(a) candidato(a) à vaga PPP concorrerá em igualdade de condições também com os(as) demais candidatos(as) às vagas de ampla concorrência.

Art. 26. As vagas reservadas aos(as) candidatos(as) PPP não providas por falta de inscritos(as), por reprovação no concurso público ou por outro motivo serão preenchidas por candidatos(as) aprovados(as) em outras modalidades de reserva e, na ausência desses(as) candidatos(as), por candidatos(as) aprovados(as) na modalidade de ampla concorrência, desde que seja observada a ordem geral de classificação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

DAS INSCRIÇÕES E DO CRONOGRAMA DO CONCURSO

Art. 34. A inscrição do(a) candidato(a) representará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no edital de abertura do concurso.

Art. 35. Para a posse nos cargos de docentes, os(as) candidatos(as) deverão apresentar as seguintes condições mínimas:

~~I — os(as) candidatos(as) ao cargo de Professor(a) Adjunto(a) A deverão ser portadores(as) de título de Doutor(a) ou de Livre Docência ou de Notório Saber dentro da área de conhecimento do concurso;~~ [Revogado dada pela Resolução Cepe/Ufes nº 125, de 16 de junho de 2025\)](#)

I - os(as) candidatos(as) ao cargo de Professor(a) Assistente-A deverão ser portadores(as) de título de Doutor(a) ou de Livre Docência ou de Mestre(a) ou de Notório Saber dentro da área de conhecimento do concurso.

~~III — os(as) candidatos(as) ao cargo de Professor(a) Auxiliar deverão ser portadores(as) de título de Doutor(a) ou de Livre Docência ou de Mestre(a) ou de Notório Saber na área de conhecimento do concurso;~~ [Regovado dada pela Resolução Cepe/Ufes nº 125, de 16 de junho de 2025\)](#)

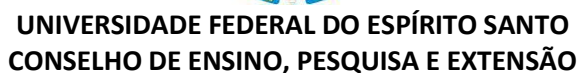
~~§ 1º Nos casos de concurso para o cargo de Professor(a) Adjunto(a) A em que não haja candidatos(as) com título de doutor(a), a Ufes poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência desse título, substituindo-a pela exigência do título de mestre(a) ou de especialista, desde que se trate de provimento para área de conhecimento com grave carência de detentores(as) da titulação acadêmica de doutor(a), ou de localidade para a qual não haja inscritos(as) portadores(as) da referida titulação, conforme decisão fundamentada pelo departamento requerente, que deve ser aprovada pelo conselho departamental do centro a que corresponde e remetida ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Cepe para aprovação final, de acordo com o § 3º do art. 8º da Lei nº 12.863, de 24 de setembro 2013.~~

§ 1º Nos casos de concurso para o cargo de Professor(a) Assistente-A em que não haja candidatos(as) com título de doutor(a), a Ufes poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência desse título, substituindo-a pela exigência do título de mestre(a) ou de especialista, desde que se trate de provimento para área de conhecimento com grave carência de detentores(as) da titulação acadêmica de doutor(a), ou de localidade para a qual não haja inscritos(as) portadores(as) da referida titulação, conforme decisão fundamentada pelo departamento requerente, que deve ser aprovada pelo conselho departamental do centro a que corresponde e remetida ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Cepe para aprovação final, de acordo com o § 3º do art. 8º da Lei nº 12.863, de 24 de setembro 2013.
[\(Redação dada pela Resolução Cepe/Ufes nº 125, de 16 de junho de 2025\)](#)

§ 2º Caberá ao departamento definir a titulação em nível de doutorado, livre docência ou mestrado, que deverá estar diretamente relacionada às necessidades de ensino, pesquisa e extensão do departamento e, se for o caso, à formação básica em nível de graduação.

§ 3º Os diplomas de graduação e os títulos de pós-graduação deverão ter sido obtidos na forma da legislação vigente, em cursos credenciados pelo Ministério da Educação – MEC, com validade nacional, ou em cursos integralizados no exterior e revalidados por instituição brasileira competente.

§ 4º Os títulos de Livre Docência deverão ter sido obtidos de acordo com a legislação vigente.



Art. 38. A comprovação documental, o comprovante de pagamento da taxa de inscrição ou comprovante de isenção de pagamento deverão ser digitalizados e inseridos no sistema de gestão do concurso em até 24 (vinte e quatro) horas do dia útil após o prazo final do período de inscrição do



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

concurso.

Art. 39. A homologação da inscrição dar-se-á:

- I - com base nas informações constantes do formulário eletrônico e nos arquivos anexados;
- II - por meio da comprovação de pagamento da taxa de inscrição, segundo o relatório extraído do sistema de controle de concurso após o encerramento do período de inscrição.

Art. 40. A comissão de inscrição terá até o 5º (quinto) dia útil após o encerramento das inscrições para divulgar a lista da situação dos(as) candidatos(as) cujas inscrições foram deferidas ou indeferidas.

Art. 41. No ato de inscrição *on-line*, o(a) candidato(a) com deficiência poderá requerer no formulário eletrônico atendimento especial para o dia de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para sua aplicação, conforme previsto no art. 40, § 1º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.

Art. 42. A Ufes não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de natureza técnica dos computadores, possíveis falhas de comunicação, congestionamento das linhas de transmissão, manuseio indevido do sistema ou outro motivo que impossibilite a transferência de dados.

Art. 43. São atribuições da comissão de inscrições do departamento ou de seu(sua) representante:

- I- prestar informações aos(as) candidatos(as) no processamento das inscrições;
- II- receber as inscrições dos(as) candidatos(as);
- III- verificar se o(a) candidato(a) apresentou todos os documentos indispensáveis à inscrição;
- IV- protocolar os requerimentos de inscrição apresentados pelos(as) candidatos(as) por ordem de entrada;
- V- deferir as solicitações de isenção da taxa de inscrição, quando for o caso, e emitir comprovante de isenção, de acordo com os procedimentos determinados pela legislação vigente;
- VI- emitir recibo protocolado de inscrição, anexando bibliografia, programa, comissão examinadora provisória, cronograma detalhado e local de provas do concurso;
- VII- - afixar no local de funcionamento da comissão de inscrições, assim como publicar no sítio eletrônico da Universidade, a relação nominal dos(as) candidatos(as) cujas inscrições foram deferidas ou indeferidas, que deverá ser encaminhada para o departamento proponente do concurso no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do encerramento das inscrições;
- VIII- - receber os pedidos de reconsideração de ato denegatório da inscrição, que deverão ser protocolados até 5 (cinco) dias úteis após divulgação do indeferimento das inscrições;
- IX- decidir em 5 (cinco) dias úteis, após encerramento do prazo para apresentação de recursos, na mesma forma prevista no inciso VIII deste artigo;
- X- encaminhar ao(à) chefe(a) do departamento proponente do concurso os processos dos(as) candidatos(as) com inscrição deferida, imediatamente após os prazos definidos nos incisos VIII e IX deste artigo, conforme o caso.

Parágrafo único. Os indeferimentos das solicitações de inscrição deverão ser devidamente fundamentados pela comissão de inscrições do departamento, devendo constar explicitamente em relatório os motivos determinantes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Ensino Superior não vinculada à Ufes ou ser pesquisadores(as) ativos(as) ou inativos(as) de Instituição de Pesquisa não vinculada à Ufes.

§ 3º Ao indicar a composição da comissão examinadora das provas, a câmara departamental proponente do concurso deverá determinar os(as) membros(as) que ocuparão a sua presidência, bem como seus(suas) membros(as) titulares e suplentes, à exceção do cargo de relator(a) do concurso, que deverá ser escolhido(a) pelo(a) presidente da referida comissão.

§ 4º Para atendimento ao que se refere o parágrafo anterior, não se devolverá o processo ao conselho departamental.

§ 5º Caso seja necessária a inserção de novos(as) membros(as) na comissão, esse procedimento deverá ser proposto pela câmara departamental e aprovado pelo conselho departamental.

§ 6º O(a) diretor(a) do centro envolvido no concurso para cargo de professor(a) não poderá aprovar *ad referendum* do conselho departamental a composição da comissão examinadora do concurso.

§ 7º Docentes ou pesquisadores(as) em estágio probatório não poderão participar de comissões examinadoras, mesmo na qualidade de membros(as) externos(as).

§ 8º Professores(as) aposentados(as) e professores(as) eméritos(as) da Ufes são considerados(as) membros(as) vinculados(as) à Universidade.

§ 9º Poderão participar das comissões examinadoras apenas pessoas vinculadas a instituição de ensino superior ou de pesquisa.

§ 10. No caso de haver impedimento legal para participação de algum(a) dos(as) membros(as) na comissão examinadora, a câmara departamental providenciará a indicação de substituto(a)(s), entre os(as) suplentes, até que se complete o quadro de titulares necessário ao seu funcionamento.

Art. 49. A composição provisória da comissão examinadora, incluindo seus(suas) membros(as) titulares e suplentes, deverá ser divulgada no 1º (primeiro) dia de inscrição e afixada nos quadros de avisos do departamento proponente do concurso.

§ 1º Os(as) candidatos(as) terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da lista nominal de inscrições deferidas para protocolar requerimento de impugnação de membro(a)(s) da comissão examinadora.

§ 2º O requerimento de impugnação deverá ser apreciado pela câmara departamental proponente do concurso no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o encerramento do prazo de recurso.

§ 3º Os(as) membros(as) da comissão examinadora terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da relação nominal dos(as) candidatos(as) cujas inscrições forem deferidas para emitirem declaração de que não há impedimento de sua participação, de acordo com o artigo 50 desta Resolução.

§ 4º Caso haja recomposição da comissão examinadora, em nível titular ou suplente, ela deverá ser divulgada no sítio eletrônico da Universidade e no mural do departamento proponente do concurso, em



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

até 5 (cinco) dias úteis após a apreciação dos recursos pela câmara departamental.

§ 5º A comissão examinadora não poderá admitir em sua composição nenhuma das seguintes vinculações entre seus(suas) membros(as): cônjuge ou companheiro(a); ex-cônjuge ou ex-companheiro(a), mesmo que divorciado(a) ou separado(a) judicialmente; parente por consanguinidade, afinidade ou adoção, ascendente, descendente ou colateral até terceiro grau.

§ 6º A composição definitiva da comissão examinadora será divulgada no sítio eletrônico da Universidade e no mural do departamento proponente do concurso, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da lista da situação dos(as) candidatos(as), cujas inscrições foram deferidas ou indeferidas ou após o fim dos prazos de recursos, quando for esse o caso.

Art. 50. Não poderão fazer parte da comissão examinadora indivíduos que mantenham, com relação a qualquer um dos(as) candidatos(as), uma ou mais das seguintes condições:

- I- cônjuge ou companheiro(a);
- II- ex-cônjuge ou ex-companheiro(a), mesmo que divorciado(a) ou separado(a) judicialmente;
- III- parente por consanguinidade, afinidade ou adoção, ascendente, descendente ou colateral até terceiro grau;
- IV- sócio(a) de candidato(a) em atividade profissional;
- V- tenha participado ou esteja participando como perito(a), testemunha ou representante em ações judiciais ou administrativas que envolvam algum(a) candidato(a), ou se tais situações ocorrem quanto ao seu cônjuge, seu(sua) companheiro(a) ou parentes até terceiro grau;
- VI- tenha litigado ou esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer um(a) dos(as) candidatos(as), ou com seu respectivo cônjuge, seu(sua) companheiro(a) ou parentes até terceiro grau.

VII- ex-orientador(a) ou coorientador(a) acadêmico(a) de mestrado, doutorado ou estágio pós-doutoral, monitoria, iniciação científica ou demais atividades acadêmicas com quem o(a) candidato(a) executou trabalhos em parceria ou supervisão.

VIII- coautor(a) de trabalhos técnico-científicos que tenha gerado publicação com o(a) candidato(a) nos últimos 5 (cinco) anos, contados em relação à data de publicação do edital de abertura do concurso no DOU.

a) essa condição não se aplica aos casos em que a banca examinadora tenha participado de obra coletiva, coordenada pelo(a) examinador(a), na edição de periódicos acadêmicos ou de livros, na qual a participação do(a) candidato(a) se restrinja a capítulos;

IX- tenha sido coordenador(a) de curso, do mesmo curso ou, chefe(a) de departamento, do mesmo local, em instituição de ensino no qual o(a) candidato(a) tenha atuado como docente efetivo(a) ou substituto(a) nos últimos 5 (cinco) anos contados da data de publicação do edital de abertura do concurso no DOU.

a) Essa condição não se aplica aos(as) respectivos(as) subcoordenadores(as) de cursos e subchefes(as) de departamento que tenham exercido cargos de coordenação ou chefia por período inferior a três meses.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

gravada em áudio e vídeo, estando o(a) candidato(a) impedido(a) de efetuar a gravação por meios próprios.

Art. 53. A prova escrita antecederá todas as demais e deverá ter igual teor para todos(as) os(as) candidatos(as).

Art. 54. Durante toda a aplicação da prova escrita deverão permanecer no recinto, no mínimo, dois (duas) membros(as) da comissão examinadora das provas.

Parágrafo único. Nos casos em que o número de candidatos(as) exigir a alocação em mais de um local de aplicação da prova escrita, poderá ser concedida a exceção ao *caput* deste artigo para a aplicação da prova escrita e a instalação dos trabalhos, devendo todos(as) os(as) candidatos(as) ser informados(as) previamente dos locais de prova, que deverão ser próximos e estar sinalizados, e preferencialmente, nas instalações da Ufes.

Art. 55. A prova escrita constará de dissertação e solução de problemas sobre tema(s) ou ponto(s) sorteado(s) de lista elaborada pela comissão examinadora das provas, a partir dos temas contidos no edital do concurso.

§ 1º O(s) tema(s) ou ponto(s) da prova escrita será(ão) sorteado(s) pelo(a) presidente da comissão examinadora das provas, na presença de, no mínimo, dois(duas) de seus(suas) membros(as) e todos(as) os(as) candidatos(as) presentes, imediatamente antes do início da prova.

§ 2º O encerramento da prova escrita será declarado após a sua entrega por todos(as) os(as) candidatos(as) presentes ou ao final do prazo estabelecido pelo artigo 56 desta Resolução.

Art. 56. A prova escrita terá duração de 4 (quatro) horas, excetuando-se os tempos adicionais determinados em lei específica e regulamentados.

§ 1º Após o sorteio do(s) tema(s) ou ponto(s), o(a) candidato(a) terá 1 (uma) hora para consulta individual a material bibliográfico de sua livre escolha, no próprio recinto de aplicação da prova, além das 3 (três) horas para a redação da(s) resposta(s), período no qual o(a) candidato(a) não mais poderá consultar o material bibliográfico ou anotações pessoais, mesmo aquelas feitas no período da consulta.

§ 2º Durante o período de consulta individual, o(a) candidato(a) poderá ter acesso ao material bibliográfico, anotações e assemelhados, sendo vedada a utilização de quaisquer meios eletrônicos.

§ 3º A comissão examinadora avaliará e pontuará a prova do(a)(s) candidato(a)(s) com base nos seguintes critérios:

- I** - domínio e precisão do conhecimento na área objeto do concurso;
- II** - coerência na construção do argumento e precisão lógica do raciocínio;
- III** - forma de expressão, considerando a fluência discursiva em termos de correção linguística, coesão, coerência e legibilidade.

§ 4º O(a) candidato(a) deverá resolver as questões da prova escrita utilizando somente caneta esferográfica de tinta de cor azul ou preta.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

candidatos(as) deverão receber por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) e máxima de 48 (quarenta e oito) horas, as informações sobre a prática em questão, bem como sobre os recursos e técnicas a serem utilizados na prova e a metodologia a ser empregada na sua avaliação e pontuação.

Art. 62. A prova prática deverá evidenciar a capacidade operacional do(a) candidato(a) em tarefas que envolvam elaboração, execução ou críticas sobre conhecimentos práticos compatíveis com a área do concurso, constantes no edital.

Art. 63. As provas de aptidão didática e as provas práticas (nos casos em que venham a ocorrer) deverão ser obrigatoriamente registradas em vídeo e armazenadas.

§ 1º Os registros de que trata este artigo poderão ser utilizados pelos(as) membros(as) da comissão, seja na avaliação inicial ou na reavaliação, em casos de recurso.

§ 2º Os registros de que trata este artigo deverão ser gravados, visando seu arquivamento respectivamente pelo departamento proponente do concurso e pela Superintendência de Tecnologia da Informação – STI da Ufes, por período mínimo de 5 (cinco) anos.

§ 3º Cada um dos arquivos correspondentes aos registros de que trata este artigo deverá ser nomeado com as expressões “Prova Didática” ou “Prova Prática”, de acordo com a prova que está sendo registrada, seguida do nome do(a) candidato(a) correspondente.

§ 4º As gravações das Provas Didáticas, Provas Práticas e Planos de Trabalho, pertencentes ao departamento proponente do concurso, deverão ser arquivadas na nuvem Ufes, em pastas Identificadas com o número do edital/ano – área/subárea; departamento; e subpastas que identifiquem a prova. Os vídeos das aulas deverão ser identificados pelo nome do(a) candidato(a).

§ 5º Os documentos dos concursos, editais (abertura e homologação), informações ao(à) candidato(a) (com todas as informações do concurso), declarações de não impedimento, listas de presença, atas parciais, avaliações e resultados e parecer conclusivo deverão ficar armazenados no departamento proponente do concurso durante a fase corrente, 5 (cinco) anos. Após esse período os documentos serão encaminhados para o Siarq/Ufes.

Art. 64. A prova de títulos consistirá da apreciação de trabalhos científicos e de títulos acadêmicos, por meio de documentos comprobatórios de formação e aperfeiçoamento acadêmico do(a) candidato(a), de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de sua produção científica, artística e cultural, e de sua experiência profissional na área/subárea do concurso.

§ 1º A prova de títulos ocorrerá em data posterior à prova escrita, à prova de aptidão didática e à prova prática, se houver, e dela somente participarão os(as) candidatos(as) aprovados(as) nas etapas anteriores, de acordo com o critério estabelecido nesta Resolução.

§ 2º Os(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova didática deverão entregar seus currículos no padrão da Plataforma Lattes, devidamente documentados – por cópias simples, paginadas e rubricadas pelos(as) próprios(as) candidatos(as), a fim de comprovar todas as informações que poderão ser pontuadas conforme o Anexo I desta Resolução.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

§ 3º O período máximo de abrangência da produção científica, artística, técnica ou tecnológica mencionada no *caput* deste artigo deverá ser de 10 (dez) anos anteriores à data de publicação de abertura do edital no DOU.

Art. 65. A prova de plano de trabalho consistirá da apresentação pública pelo(a) candidato(a) de um plano de trabalho de sua autoria, em que apresente suas propostas para o desenvolvimento de suas futuras atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de conhecimento do concurso.

§ 1º Essas atividades deverão ser detalhadas quanto a opções teórico-metodológicas e práticas para assegurar a aprendizagem no tocante a ensino, quanto a projetos de pesquisa em uma perspectiva de médio prazo, e a projetos de extensão que levem a Ufes a contribuir para a solução de problemas da sociedade.

§ 2º O(a) candidato(a) fará a entrega de seu plano de trabalho em 1 (uma) via para cada membro(a) da comissão examinadora no ato da prova de aptidão didática.

§ 3º A chamada dos(as) candidatos(as) para a prova de plano de trabalho obedecerá à ordem do sorteio a ser efetuado após a publicação dos(as) aprovados(as) na prova de aptidão didático-prática.

§ 4º O plano de trabalho será avaliado de forma coletiva pela comissão examinadora, que atribuirá uma única nota a cada candidato(a).

§ 5º A apresentação do plano de trabalho terá duração máxima de 30 (trinta) minutos.

§ 6º Torna-se facultativo à comissão examinadora arguir o(a) candidato(a) após a apresentação do plano de trabalho.

Art. 66. Constituirão critérios para a avaliação da prova de plano de trabalho:

- I** - conhecimento e clareza na exposição do assunto;
- II** - consistência e viabilidade teórica e técnica;
- III** - adequação e atualidade do plano em relação à área objeto do concurso.

Parágrafo único. Os resultados das provas de títulos e de plano de trabalho serão divulgados no momento da publicação do resultado do concurso (ANEXO V).

Art. 67. O(a) candidato(a) que não comparecer a qualquer uma das provas escrita, didática, prática (quando houver) e dos sorteios da ordem do(s) tema(s) ou ponto(s) para a qual for convocado(a) nos dias, horários e locais estabelecidos pela comissão examinadora será automaticamente eliminado(a) do concurso.

Parágrafo único. Em caso de impedimento do(a) candidato(a) para comparecer na data do sorteio do tema ou ponto e no momento do sorteio da ordem do(s) tema(s) ou ponto(s) de apresentação da prova de aptidão didática, poderá ser substituído(a) por seu(sua) representante legal.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Art. 68. Todas as provas descritas nesta Resolução, excetuando-se a prova de títulos, serão avaliadas com notas definidas em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, em números inteiros.

Art. 69. Os títulos serão inicialmente pontuados de acordo com os valores estipulados no Anexo III desta Resolução.

Art. 70. As médias decorrentes das notas das provas descritas nesta Resolução deverão conter duas casas decimais, com arredondamento, se necessário.

Art. 71. Para os fins de atribuição das notas relativas aos títulos, serão adotados os procedimentos e critérios dispostos nos parágrafos abaixo:

§ 1º O cálculo da nota final da prova de títulos será feito considerando-se o total de pontos obtidos pelo(a) candidato(a), de acordo com o Anexo III desta Resolução.

§ 2º A prova dos títulos será aplicada em conjunto por todos(as) os(as) examinadores(as), devendo ser atribuída uma única nota de 0 (zero) a 100 (cem) para cada candidato(a), que será registrada na planilha de atribuição de nota individual.

§ 3º Caso algum(a) candidato(a) apresente pontuação superior a 100 (cem) no exame de títulos, conforme previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo, a comissão examinadora deverá atribuir a nota 100 (cem) ao(à) candidato(a) mais pontuado(a); as notas dos(as) demais candidatos(as) serão calculadas com base na fórmula:

Nota = (Pontuação/Máximo) x 100, em que: Pontuação = número de pontos obtidos pelo(a)
candidato(a);

Máximo = número de pontos obtidos pelo(a) candidato(a) com maior pontuação.

Art. 72. Será considerado(a) desclassificado(a) no concurso o(a) candidato(a) que não alcançar a nota média mínima de 70 (setenta) pontos na prova escrita, na prova de aptidão didática e, se for o caso, na prova prática.

Art. 73. Concluídas todas as provas e emitidas todas as notas, a comissão examinadora deverá elaborar parecer conclusivo do concurso, com relatório conclusivo unificado a partir das atas de cada etapa, do qual deverão constar a classificação de todos(as) os(as) candidatos(as) participantes, em ordem decrescente, e suas respectivas notas parciais e finais, se houver.

§ 1º Para ser aprovado(a) no concurso, cada candidato(a) deverá alcançar as notas mínimas de aprovação em todas as provas que as requeiram.

§ 2º Havendo mais de um(a) candidato(a) habilitado(a), a comissão examinadora indicará a respectiva ordem de classificação em função das notas alcançadas pelos(as) candidatos(as), observados os seguintes critérios na ordem sucessiva de maiores números de desempate: 1º) nota na prova escrita; 2º) nota na prova de aptidão didática; 3º) nota na prova de títulos; e 4º) idade.

Art. 74. Os(as) candidatos(as) não classificados(as) dentro do número máximo possível de aprovados(as), de acordo com esta Resolução, serão automaticamente considerados(as)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

desclassificados(as) no concurso público para o qual se inscreveram.

Art. 75. O parecer conclusivo da comissão examinadora, acompanhado de toda a documentação referente ao concurso, inclusive gabaritos ou chaves de respostas das provas escritas, deverá ser enviado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ao(à) chefe(a) do departamento proponente, para divulgação obrigatória do resultado do concurso no sítio eletrônico do respectivo departamento ou centro e remetido ao conselho departamental para homologação.

**TÍTULO VIII
DOS RECURSOS E DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**

Art. 76. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da divulgação do parecer conclusivo, os(as) candidatos(as) poderão apresentar solicitação fundamentada de revisão de julgamento de qualquer prova à comissão examinadora, por meio de encaminhamento da solicitação ao(à) chefe(a) do departamento proponente do concurso.

§ 1º Solicitações de revisão de julgamento do resultado do concurso por parte do(a) candidato(a) deverão ser analisadas pela comissão examinadora.

§ 2º A comissão examinadora terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para se manifestar, por escrito, quanto ao mérito da solicitação.

§ 3º Após análise pela comissão examinadora, caso o(a) candidato(a) não concorde com o parecer, caberá recurso ao conselho departamental, que deverá ser encaminhado em até 5 (cinco) dias úteis da divulgação do parecer da comissão examinadora, para que o conselho departamental possa julgá-los em até 30 dias.

§ 4º Os recursos quanto à decisão do conselho departamental poderão ser encaminhados ao Cepe pelo(a) candidato(a) em até 15 (quinze) dias úteis a partir da divulgação do parecer conclusivo.

Art. 77. O conselho departamental a que pertence o departamento proponente é o órgão responsável pela homologação dos resultados do concurso público, devendo reunir-se formalmente e aprovar a homologação por maioria simples dos(as) presentes.

Art. 78. Na homologação dos resultados do concurso, haverá listas de classificados(as) em ordem decrescente para candidatos(as) aprovados(as) em Ampla Concorrência – AC, Pessoas com Deficiência – PCD e Pessoas Pretas e Pardas – PPP, obedecendo à proporção de candidatos(as) por vaga para cada modalidade, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Caso o parecer conclusivo emitido pela comissão examinadora do concurso não seja homologado pelo conselho departamental, caberá recurso dessa decisão, em instância final, a este Conselho.

§ 2º A homologação do concurso só poderá ser efetivada depois de esgotados todos os prazos de recursos previstos nesta Resolução.

Art. 79. O resultado do concurso, uma vez homologado, não havendo recurso ao Cepe, será encaminhado à DGP/Progep para publicação no Diário Oficial da União – DOU, cabendo ao



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

departamento interessado solicitar ao(à) Diretor(a) da DGP/Progep o provimento da(s) vaga(s).

Parágrafo único. Os atos de provimento da(s) vaga(s) na referência inicial de cada classe e no regime de trabalho especificado no edital deverão obedecer à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) habilitados(as).

TÍTULO XIX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 80. O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, renováveis por mais 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação dos resultados no DOU.

Parágrafo único. Caberá ao departamento justificar a não renovação do prazo do concurso e encaminhar ao conselho departamental para aprovação.

Art. 81. A Superintendência de Tecnologia da Informação – STI deverá disponibilizar um sistema *on-line* de gestão de concurso para dar suporte ao processo de inscrição estabelecido por esta Resolução.

Parágrafo único. Até que a STI disponibilize o sistema *on-line* de gestão de concursos, as inscrições, juntamente com toda a documentação, deverão ser feitas por meio do *e-mail* institucional do departamento responsável, que será divulgado no edital do concurso, devendo ser protocolizado pela comissão.

Art. 82. Os casos omissos serão resolvidos por este Conselho.

Art. 83. Esta Resolução entra em vigor a partir do primeiro dia útil seguinte ao da divulgação da informação no sítio da Secretaria de Órgãos Colegiados Superiores – Socs.

Art. 84. Ficam Revogadas as Resoluções:

- I - nº 69, de 19 de dezembro de 2023; e
- II - nº 72, de 8 de março de 2024.

EUSTÁQUIO VINICIUS RIBEIRO DE CASTRO
Presidente



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

ANEXO I DA RESOLUÇÃO/CEPE/UFES Nº 106, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2024

Critérios para avaliação da prova de aptidão didático-prática

I. DOMÍNIO DO CONTEÚDO (VALOR MÁXIMO: 60 PONTOS)				
		VALOR (PONTOS)		
ITEM	HABILIDADE REQUERIDA	MÁXIMO	ATRIBUÍDO	SUBTOTAL
PROFUNDIDADE	Conhece, compreende e aplica os conceitos e princípios do tema exposto.	15,0		
	Apresenta habilidades de análise e síntese.	10,0		
ATUALIZAÇÃO	Situa o conteúdo no contexto adequado e estabelece relação com o conhecimento atual.	10,0		
	Utiliza de maneira correta a terminologia científica no estágio atual.	10,0		



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

	Faz adequação da bibliografia ao tema abordado.	5,0		
SÍNTESE	Relaciona o tema da aula com o todo da unidade de conteúdo do qual o tema faz parte.	10,0		

II. SEQUÊNCIA LÓGICA E COERÊNCIA DO CONTEÚDO (VALOR MÁXIMO: 24 PONTOS)

ITEM – HABILIDADE REQUERIDA	MÁXIMO	ATRIBUÍDO	SUBTOTAL
1. Inicia a partir de uma tese, conceituação ou contexto histórico, social e político.	4,0		
2. Desenvolve com base em fundamentos teóricos e práticos.	4,0		
3. Apresenta argumentos convergentes e divergentes.	4,0		
4. Propicia a elaboração de conclusões.	4,0		
5. Expõe o conteúdo baseado nos itens e na sequência estabelecida no plano.	4,0		
6. Aborda o tema de modo a atingir os objetivos do plano.	4,0		

III. CONCISÃO (VALOR MÁXIMO: 16 PONTOS)			
ITEM – HABILIDADE REQUERIDA	MÁXIMO	ATRIBUÍDO	SUBTOTAL
1. Correção na linguagem e clareza de comunicação	5,0		
2. Habilidade na formulação de propostas	5,0		
3. Exposição na duração típica de aula padrão	6,0		

EXAMINADOR(A)			
ASSINATURA:		NOTA ATRIBUÍDA:	
CANDIDATO(A)			
NOME:		<div>HORÁRIOS</div> <div>Início Término</div>	
DATA:			DURAÇÃO (minutos)

Justificativa (apenas se a nota atribuída for inferior a 70 pontos; utilize o verso, se necessário):



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

C. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL NA ÁREA E SUBÁREA DO CONCURSO		PONTUAÇÃO	
		POR UNIDADE	MÁXIMA
Livro com corpo editorial		6,0 / livro	
Organização de livro em editora com corpo editorial		2,0 / livro	
Capítulo de livro sobre assunto de interesse do concurso, publicado em editora com corpo editorial		2,0 / capítulo	
Tradução de livro sobre assunto de interesse do concurso, publicado em editora com corpo editorial		2,0 / livro	
Artigos publicados em periódicos ou eventos da área de conhecimento do concurso)			
	A1	5,0 / artigo	
	A2	4,0 / artigo	
	A3	3,5 / artigo	
	A4	3,0 / artigo	
	B1	2,5 / artigo	
	B2	2,0 / artigo	
	B3	1,5 / artigo	
	B4	1,0 / artigo	
	C	0,5 / artigo	
Trabalho científico completo apresentado em congresso e publicado na íntegra em anais na área/subárea do concurso		1,0 / trabalho	
Resumo internacional		0,2 / trabalho	2,0
Resumo nacional		0,1 / trabalho	2,0
Relatório técnico de pesquisa publicado		0,5 / relatório	2,5
Trabalhos técnicos e artísticos especializados		0,5 / trabalho	8,0
Prêmio acadêmico por atividades científicas, artísticas e culturais		2,0 / prêmio	10,0
Consultorias a órgãos especializados de gestão científica, tecnológica ou cultural ou consultorias técnicas prestadas a órgãos públicos e privados		0,5 / consultoria	4,0
Artigos especializados publicados na imprensa		0,2 / artigo	2,0
Materiais didáticos com ISBN ou publicados em mídia com corpo editorial		1,0 / item	4,0
Material instrucional		0,4 / item	4,0
Participação em congressos e seminários científicos		0,2 / participação	2,0
Patente concedida na área/subárea do concurso – outorgada		3,0/patente	12,0
Patente concedida na área/subárea do concurso – licenciada		6,0/patente	12,0
Palestra em eventos científicos		0,3 / palestra	10,0
Membro(a) em comitê editorial		0,5 / ano	2,5
Parecerista em periódico científico		0,5 / parecer	5,0
Membro(a) de área ou de comitê assessor de área em agências de fomento de pesquisa ou pós-graduação		1,5 / atuação / ano	6,0
Presidente de sociedade científica		1,0 / gestão / ano	3,0
Membro(a) de diretoria ou conselho de sociedade científica		0,5 / gestão / ano	3,0
SUBTOTAL C:			



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ANEXO V DA RESOLUÇÃO/CEPE/UFES Nº 106, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2024

DEPARTAMENTO:							
EDITAL Nº							
RESULTADO DAS PROVAS (NOTAS E CLASSIFICAÇÃO)							
	Média Final		Nota Única				
Candidato(a)	Escrita	Aptidão Didática	Títulos	Plano de Trabalho	Soma	Média	Classificação
							1º
							2º
							3º
							4º
							5º
							6º